

A autonomia da ciência histórica: uma lição do *Prefácio* de Marx

Roberval de Jesus Leone dos Santos*

O *Prefácio*

A partir de 1851, Marx, cumprindo uma jornada laboratorial em sua residência e na biblioteca do *British Museum*, começa a dedicar-se a “outra ciência”, tendo como instrumento adicional de trabalho “os imensos materiais de história de Economia Política acumulados no *British Museum*” e “a magnífica plataforma que era Londres para observar a sociedade burguesa” (Carta de 2 de abril de 1851 de Marx a Engels¹).

Como um dos frutos de seu trabalho inovador veio a público, em 1859, *Contribuição à crítica da economia política*, cujo *Prefácio* tem a data de janeiro de 1859, aparecendo em livro no mês de junho do mesmo ano sem ter a repercussão que Marx esperava, não tendo havido qualquer reedição enquanto viveu².

No *Prefácio* pela primeira vez tem-se uma visão integral do mundo por intermédio de uma coleção de disciplinas científicas que versam sobre o desenrolar da história e que provam como e a razão pela qual as formações sociais, especialmente a capitalista, aparecem e têm certas características singulares em seu percurso.

No entanto, demorou muito para que os intelectuais encontrassem o conjunto completo da teoria e das idéias concatenadas sobre as quais Marx ali tratava, neste texto ainda fragmentário, embora inteligível. Com o aparecimento, em 1939, de *Grundrisse der Kritik der Politischen Okonomie (Rohentwurf)*, editados pelo Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, é que se teve a resposta para as ousadas generalizações que se têm de encontrar no *Prefácio*³.

* Doutorando do IE/UnB. E-mail: roberval@unb.br.

¹ Apud Franz Mehring, *Karl Marx*. Lisboa, Editorial Presença, s/d, p. 298.

² Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 16.

³ Talvez seja a inobservância de outros textos que diluem o *Prefácio*, encontrados em *Grundrisse der Kritik der Politischen Okonomie (Rohentwurf)*, que provoca, ainda hoje, afirmações como estas que reduzem o texto de Marx àquilo que não é: “o Marx do *Prefácio de 1859*, literalmente, inverteu Hegel, como ele próprio diria mais tarde no *Prefácio* à segunda edição alemã de *O Capital*: colocou a economia (forças produtivas e relações de produção) no lugar do Espírito (Espírito universal e Espírito de um povo), isto é, substituiu uma dialética idealista (...) por uma materialista (...). Porém, (...) inverter não significa sair do lugar. O texto de 1859 permaneceu prisioneiro da mesma dialética segundo a qual ‘tudo é um’, isto é, segundo a qual toda história nada mais é que o desenvolvimento do Espírito (*Lições* [trata-se da obra de Hegel *Lições de filosofia da história*]) ou das forças produtivas (*Prefácio de 1859*). No *Prefácio*, Marx, após afirmar a sua hipótese fundamental sobre o processo histórico, conclui apresentando o movimento da economia como causa necessária e suficiente da mudança histórica” (Armando Boito Jr., O lugar da política na teoria marxista da história. *Crítica marxista*. Rio de Janeiro, Revan, n. 19, p. 62-81, 2004, p. 66). Para mostrar o equívoco, cito uma passagem “economicista”, como gostam de dizer, do próprio Marx em que “as relações de circulação produzem as relações de produção e reciprocamente” (Roberval Santos, Marx, Proudhon e Darimon:

Em três trechos marcantes do principal parágrafo do *Prefácio*, Marx faz referência, algumas vezes claramente, outras vezes de modo obscuro, aos principais significados atribuídos à história, tema central desta Comunicação.

A história como marcha

Logo no início do *Prefácio*, vê-se a história como realidade concreta e *inextinguível* dos homens, ainda que se possa, de modo tentador, atribuir-lhe certo sentido estagiário, mas nunca terminal: “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”⁴. Sob este significado, Marx insinua que o homem está condenado a ser histórico, mesmo que em algum momento de seu desenvolvimento ele adquira a capacidade de fazer-se em relação à história, quando provavelmente a necessidade estará sob o jugo da liberdade⁵.

Esse momento histórico tem seu significado aludido, também, no *Prefácio*, ao afirmar que “as relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social”⁶, portanto ainda caracterizada pelo fato de manter o homem cativo da imprevisibilidade, da sujeição aos desígnios da reificação e da força de trabalho pré-disposta à produção de mais-valia. Superada “esta organização social” por intermédio das próprias “forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa” terminaria, “assim, a Pré-História da sociedade humana”⁷.

Se a formação social capitalista parece ser, pelo menos até aqui, aquela que mais aperfeiçoou e tirou proveito importante desse caráter necessário e subordinado das relações entre os homens ao longo de seu desenvolvimento, Marx vê-se autorizado a concluir que esse mesmo caráter de rigidez da determinação haveria de estar presente na possibilidade de destruição das relações de produção capitalistas, como se estas, embora

diálogos sobre o dinheiro. *Crítica marxista*. São Paulo, Boitempo Editorial, p. 45-68, 2001, p. 58): “não é certo possivelmente que a introdução dos bancos atuais revolucionou em seu tempo as condições de produção? (...) As instituições modernas de crédito foram, ao mesmo tempo, tanto causa quanto efeito da concentração de capital” (Karl Marx, *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*, v. 1-3. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971, p. 45).

⁴ Marx, 1983, p. 24.

⁵ Escreve o esperançoso Marx em trecho célebre de *O capital*: “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente exposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita” (Karl Marx, *O capital*, l. 3, v. VI. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p. 942).

⁶ Marx, 1983, p.25.

⁷ *Idem*, p. 25.

tenham se criado com ânimo definitivo, na realidade já trouxessem *em potência* as condições *necessárias* para sua própria superação, quando as forças produtivas a romperiam. Aliás, como ele mesmo diz, “a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver”⁸.

Daí, embora trate o capitalismo de escamotear o seu verdadeiro funcionamento perante a classe que é sujeitada e não permita refinamento dos instrumentos de possibilidade de autoconsciência – como a educação formal – para o reconhecimento do mundo tal como está dado, não é à toa, como escreveu Lukács, que apenas nessa formação social seria possível vislumbrar “na sociedade a realidade”. Mas mesmo esse vislumbre é parcial, já que normalmente a função de fazer cair o véu permanece nas mãos dos intelectuais, igualmente uma determinação histórica. Só aí se cria, então, um método – o marxista –, “produto da luta de classes”, que baseia a inteligência da práxis revolucionária e as lutas teóricas no âmbito das consciências⁹.

A metáfora de Walter Benjamin para a história tal como a define Marx no trecho acima ou, pelo menos, para a “Pré-História” aventada pelo autor de *O capital*, é adequada e feliz. Refere-se Benjamin ao *Angelus Novus*, uma pintura de Paul Klee, na qual é retratado um anjo contemplando com terror seu objeto. Para Benjamin, assim parece ser o “Anjo da História”, com a face dirigida para o passado. De costas voltadas para o futuro, mas impelido para lá por uma “tempestade [que] sopra do Paraíso”, o “Progresso”, o anjo não tem como “parar”, “acordar os mortos” e “reconstruir o destruído”¹⁰.

Benjamin percebeu bem em sua metáfora, também, o caráter capitalista – mas não próprio dele – de não retroagir. As perdas são apenas etapas mortas para a aquisição de tecnologias que garantam a reprodução do capital e para as experiências incessantes de formas de Estado e de governo que melhor sejam adequadas a determinado momento histórico no curso de seu desenvolvimento. Algumas dessas formas foram de curta duração em sua primeira aparição, como o totalitarismo e as ditaduras republicanas do século XX, algumas destas ainda persistentes. Sem dúvida a democracia é a de maior êxito e a mais perseverante, mas não há certeza se é aquela forma que finalmente combinou-se com o capitalismo enquanto este durar¹¹.

⁸ *Idem*, p. 25.

⁹ Georg Lukács, *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro, Elfos, 1989, p. 35 e 37.

¹⁰ Walter Benjamin, *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1991, p. 157.

¹¹ A propósito do futuro da democracia assim pronunciou-se a maior autoridade neste assunto: “se me perguntassem se a democracia tem um porvir e qual é ele, admitindo-se que exista, responderia tranquilamente que não o sei. (...) Meu propósito é pura e simplesmente o de fazer algumas observações sobre o estado atual dos regimes democráticos,

Não existe uma trama diabólica entre capitalismo e democracia que implique uma história sem outro tempo ou futuro, pelo menos do ponto de vista da argumentação de Marx aludida no seu texto.

A história como estudo

O conceito de história enquanto saber tradicional – tanto aquele tal como se apresenta ao senso comum quanto aquele que predomina nos laboratórios científicos ratificados pelos cânones analíticos mais contundentes – está justificado logo após a apresentação da história como *processo, fluência, intromissão necessária ao “pôr-se, produzir-se e reproduzir-se”*¹², acima já esclarecido: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”¹³.

Tal dito inaugura, entre os historiadores, uma clivagem e, também, uma discussão ainda em andamento, no sentido de apurar qual o grau efetivo que tem a consciência na explicação histórica e qual o limite até o qual o ator histórico realmente cumpriu o que maquinara, e não os desígnios de outrem, por exemplo, dos de sua classe ou dos de algum agregado social exterior à sua posição na sociedade.

A história enquanto saber vem-se comportando exatamente como corolário daquela tese de Marx, naturalmente sob os auspícios de outra: a 11^a Tese sobre Feuerbach, segundo a qual “los filósofos se han limitado a *interpretar* el mundo de distintos modos; de lo que se trata es de transformalo”¹⁴. A interpretação histórica normalmente está aquém de seu objeto – a “produção da vida material dos homens” e a “vida social, política e intelectual em geral” decorrente daquela¹⁵ –, ao estudar os fatos superestruturais sem referência ao condicionamento decretado pela estrutura e pelos reflexos que aqueles, por sua vez, têm sobre esta ou está além dele, ao catalogar, apurar e sistematizar fatos segundo a consciência que cada época teve de si mesma ou com a consciência do historiador livre de rédeas¹⁶. Por fim, esse modo de reconhecer a ciência

e com isto, (...) creio que temos todos nós muito o que fazer” (Norberto Bobbio, *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 18).

¹² De acordo com Lukács, isso seria “precisamente a *realidade*”, reconhecimento de Hegel que teria sido expresso “numa forma muito próxima da de Marx” (Lukács, 1989, p. 31).

¹³ Marx, 1983, p. 24.

¹⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, *La ideología alemana*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1968, p. 668.

¹⁵ Marx, 1983, p. 24.

¹⁶ Escreve Adam Schaff: “o sujeito que conhece, o historiador no nosso caso, está, portanto, dependendo das determinações sociais mais diversas, em função das quais introduz no conhecimento elementos de subjetividade diversos: preconceitos, opiniões preconcebidas, predileções e fobias, os quais caracterizam a sua atitude cognitiva.

histórica tem sublinhado o indivíduo em lugar do ser social, mas a sociedade, como costuma afirmar o materialismo histórico, não é feita somente de indivíduos, mas *também e sob a primazia* de relações, dentre as quais as sociais.

Podem-se resumir algumas dessas insuficiências, se ignoro evidentemente por demasiado aberrantes alguns equívocos como as linhas de pesquisa ou subdivisões do tipo história das mentalidades, história das civilizações, história dos gêneros etc. – para esses casos, *abyssus abyssum invocat* –, sem menosprezar o valor que lhes possa ser atribuído em outro campo do conhecimento¹⁷, usando a sobriedade de E. H. Carr em duas passagens daquilo que se pode constituir como o paradigma da ciência atual no que respeita à história enquanto saber.

Primeiro, pelo lado de quem *conta* a história: “o historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele pára para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos”¹⁸.

Segundo, pelo lado do conceito de história: “ela se constitui um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado”¹⁹.

Na verdade, a relação, o procedimento e os fatos aos quais se reporta E. H. Carr são mais complexos. Como ele os interpreta são válidos certamente no universo de algumas ciências inventadas ou controláveis, como a matemática e a economia das interações entre mercadorias e consumidores com seus modelos ficcionais e, talvez, no

Mas o seu conhecimento é sobretudo função de outros fatores, igualmente determinados socialmente, tais como: a sua visão da realidade social, ligada à teoria e ao sistema de valores que aceitou; o seu modo de articulação da realidade, articulação que o leva a construir, a partir de fragmentos, fatos significantes em um sistema de referência determinado; a sua tendência para esta ou aquela seleção dos fatos históricos, ou seja, dos fatos considerados como importantes do ponto de vista do processo histórico etc. Desta propriedade objetiva que é o condicionamento social do conhecimento, não pode o sujeito que conhece desfazer-se (...). *Mas se não se pode desfazer desta propriedade (...), o sujeito que conhece pode tomar consciência dela, compreender que ela é indissociável de todo o conhecimento. Não só pode, mas, em certas condições, deve fazê-lo, sob pena de ver desqualificado o nível da sua reflexão científica* [grifos meus] (Adam Schaff, *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 291-292).

¹⁷ A propósito, deve-se citar na íntegra a lição de Gramsci ao comentar uma obra de Ettore Ciccotti: “a história não pode ir além da certeza (...). A conversão do ‘certo’ no ‘verdadeiro’ [refere-se Gramsci ao dito de Vico “segundo o qual ‘o certo se converte no verdadeiro’”] pode dar lugar a construções filosóficas (...) que têm apenas pouco em comum com a história ‘efetiva’; mas a história deve ser ‘efetiva’ e não romanceada: a sua certeza deve ser, antes de mais nada, certeza dos documentos históricos (ainda que a história não se esgote *inteiramente* nos documentos históricos, cuja noção, de resto, é tão complexa e extensa que pode dar lugar a conceitos sempre novos tanto de certeza quanto de verdade) (Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 91).

¹⁸ Edward Hallett Carr, *O que é história?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 28.

¹⁹ *Idem*, p. 29.

enriquecimento do trabalho primário do historiador em sua labuta com fontes e documentos, porque, supondo que o historiador esteja corretamente lidando com o seu objeto, “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento”²⁰.

O abstrato, sendo uma produção do pensamento do historiador, constitui-se como a representação por sua mente de um fato separado da realidade, surgindo de modo direto no intelecto. A abstração seria, assim, uma fase primária do ato de conhecer, sem ser, ainda, o conhecimento histórico mesmo, porque esta entidade não é redutível aos distintos aspectos individualizados da realidade. O conhecimento há de ser o concreto, ou seja, a apropriação intelectual do objeto em análise como um todo de partes inter-relacionadas de modo definido.

Quanto ao concreto, Marx o conceitua por meio de distinções. Uma coisa é o concreto real e outra coisa é o concreto pensado. Aquele como ponto de partida; este como resultante do procedimento de conhecimento. É ao concreto pensado que se deve atribuir conceitualmente o termo concreto como realidade entendida e interpretada pelo pensamento do historiador como totalidade naquele sentido que lhe deu Lukács²¹. O concreto real é a realidade que existe independentemente do intelecto e é a sua base prévia, mas o começo do trabalho de produção do conhecimento histórico é o concreto como representação da mente.

Segundo Germer²², “o *concreto pensado* é a teoria. Como o nome diz, é o concreto como produto ou resultado do pensamento por meio de um processo de síntese, de agregação, em que as diversas partes significativas da realidade são combinadas em uma totalidade, na qual se articulam dinamicamente de modo definido. Quais são as partes da realidade cuja síntese constitui o *concreto pensado*? São as partes ‘pensadas’ do concreto real, isto é, elaboradas pelo pensamento a partir do concreto

²⁰ Marx, 1983, p. 218-219.

²¹ “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (Lukács, 1989, p. 41).

²² Claus Magno Germer, A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: VI Encontro Nacional de Economia Política. *Anais*. Fundação São Paulo, SEP, 2001, p. 4-7.

sensorial, na forma de conceitos ou abstrações simples, que são isoladas e extraídas do todo caótico inicial e reduzidas às suas expressões elementares. As abstrações representam, portanto, os componentes significativos do real investigado. O mero agrupamento destes componentes em um conjunto, todavia, não constitui uma reprodução coerente e articulada do todo, mas apenas uma coleção de peças isoladas. Como tal coleção, este conjunto não constitui conhecimento do concreto real, pois não o apresenta como um todo internamente articulado e não identifica as leis do seu movimento”.

Para Germer²³, “estas abstrações são a matéria prima do conhecimento verdadeiro, representado pelo concreto pensado, cuja elaboração constitui a segunda fase, que Marx concebe como o método cientificamente correto. Assim, o processo de elaboração do conhecimento pelo pensamento, consiste, em primeiro lugar, na elaboração das abstrações ou conceitos, a partir do concreto sensorial - que é a primeira fase -, e em segundo lugar na reconstrução do real, pelo pensamento, a partir das abstrações elementares - a segunda fase -, do abstrato para o concreto propriamente dito, o concreto pensado”.

A história como saber está longe de usar o método recomendado por Marx, que à primeira vista poder-se-ia aplicar apenas a alguma disciplina no domínio da economia, quando, na verdade, é um método geral de conhecimento.

A nova ciência

A despeito dos combates sofridos até hoje, deve-se a Marx a revolução empreendida sobre o campo investigativo da história, ao inovar propondo não apenas o método de trabalho, mas também o escopo e a autonomia da ciência histórica perante outros campos da pesquisa social.

Creio que neste momento uma classificação faz-se justa para a defesa da tese desta Comunicação. Uma ciência é *suficiente* se tem de recrutar para os resultados de suas investigações um número indefinido de disciplinas; uma ciência é *eficiente* se vence um número finito de mediações para caracterizar corretamente a realidade investigada; finalmente, uma ciência é *robusta* se, em todas as dimensões possíveis, evidencia o seu objeto sem que este se deforme.

²³ *Idem*, p. 4-7.

A primeira definição – suficiência – significa que o campo de conhecimento necessário para a fundação das conclusões não pode ser *a priori* determinado, porque dependem da coisa investigada – ou do objeto – dos tipos, da magnitude da atuação e do chamamento das diferentes disciplinas científicas que hão de contribuir para ordenar as idéias, isto é, o objeto influencia fortemente todo o campo, e mesmo pode modificá-lo com o tempo.

Quando a investigação e o seu objeto não conseguem definir as disciplinas – várias têm de ser chamadas, variando com a coisa investigada, e, ainda assim, há necessidade de mais campos na análise –, é inútil o investigador defini-las, porque não haverá desenvolvimento satisfatório da missão, embora não inviabilize o curso dela.

A segunda definição tem matiz filosófico, significando que a eficiência decorre de um número de mediações que há de chegar a um ponto terminal, onde cessam os trabalhos de investigação para enriquecer-se com contribuições alheias, porque a realidade está totalmente caracterizada e somente no futuro imediato poderá sofrer alterações, embora essa caracterização correta, não seja, apenas por eficiência, a absoluta, devido, como se sabe, à diferença entre concreto pensado e concreto *in situ*.

A terceira definição pretende sublinhar a robustez, talvez a mais importante das três definições, que indica que independentemente do tipo de referencial dimensional adotado nas investigações – por exemplo, o tempo, o espaço ou ambos – sempre o objeto será igualmente descrito, ou seja, qualquer que seja o ponto de partida dimensional, há de se ter equivalência ao final.

A estatística inferencial, por exemplo, não é, certamente, *suficiente*, porque o número de disciplinas que tem de recrutar para as suas investigações é definido, e se fundamenta, praticamente, em matemática e construção lógica de leis assentadas na teoria geral da probabilidade por força de seu próprio objeto, que é estabelecer os métodos por meio dos quais se podem obter estimativas corretas tanto para problemas concretos quanto idealizados, mas esquematizados e destacados da realidade tal como se totaliza. É claro que o investigador poderia, à sua vontade, recrutar tantas disciplinas quanto quisesse – até mesmo *situat* Fisher historicamente –, mas não se trata disso: a investigação e o seu objeto, no caso, definem tranquilamente as disciplinas e se desincumbem perfeitamente em sua missão, e qualquer campo a mais recrutado tornar-se-ia supérfluo.

No entanto, a estatística inferencial é *robusta*, porque já nos limites de sua operação abstrai-se completamente de qualquer dimensão: quando o problema da moeda

jogada ao acaso é abordado e se deseja testar a hipótese, com dado nível de confiança, de o dado estar enviesado, há um modelo teórico de resposta que ao ser construído não operou com qualquer dimensão: por exemplo, a função densidade de probabilidade correspondente há de se reproduzir a qualquer tempo e em qualquer espaço de maneira equivalente.

Diferentemente, a sociologia é certamente *suficiente*, porque não é capaz de definir o número de disciplinas que deve ser chamado a participar das investigações, mas não é, sem dúvida, *robusta*: distingue o espaço do tempo em suas investigações e somente os integra na medida em que todas as dimensões estão reduzidas ou integradas *a priori* aos condicionantes de seus métodos: nenhum sociólogo é capaz de explicar corretamente o fato de mulheres e homens vestirem-se *daquele* modo em *uma certa* sociedade que teve, na aurora burguesa, a vanguarda da construção das ferrovias e da indústria pesada perante o mundo e que ocupava *de um dado modo o espaço* sem que se integre às investigações, pelo menos, a informação do que era a Grã-Bretanha de 1840.

Isso decorre do fato de a sociologia, como explica Aron²⁴, pelo menos do ponto de vista de Durkheim, pretender ter como objeto de investigação o fato social e, como uma coisa, este termina impondo-se aos *indivíduos* e somente uma exploração objetiva e científica do fenômeno pode penetrar a explicação, partindo de uma descrição em todas as dimensões, ou seja, os seus métodos não conseguem deduzir do espaço a época e vice-versa.

Por fim, a economia nos moldes acadêmicos atuais não é *eficiente*. Normalmente, ao empreender seus estudos, tem em vista o mercado ou as suas falhas, que são, segundo uma visão apressada, o verdadeiro ponto de partida de uma análise econômica, pois no mercado encontramos os homens vivos empreendendo trocas, que é a maior prova empírica de sua existência. Nas falhas encontra-se a razão pela qual o Estado estaria atuando, segundo esse ponto de vista, parecendo restaurar as condições perfeitas do mercado: em quantas ocasiões não se podem constatar as tentativas estatais de prover a economia de elementos que permitam restabelecer o equilíbrio econômico: por exemplo, taxando as indústrias poluentes para contrabalançar os efeitos das chamadas externalidades negativas. Esses são os seus objetos. E esses objetos requerem um método no qual a análise deve "começar pelo real e pelo concreto"²⁵ e, nesse caso, é lícito um modelo "estudar os diversos ramos da produção, a exportação e a importação,

²⁴ Raymond Aron, *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 297-370.

²⁵ Marx, 1983, p. 218.

a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc."²⁶ no agregado. Isso implica que o número de mediações necessário para atingir um ponto terminal é infinito, e é infinito, porque incorporando sistematicamente variáveis sociais ou econômicas que na realidade estão repousadas nos elementos simples - como o trabalho assalariado, o valor, o dinheiro, o preço, a divisão do trabalho, a necessidade etc. -, o resultado termina correspondendo ao ponto do qual devia o economista partir. Esta não é a ciência econômica aventada por Marx, que decorreu da crítica à economia política. O mercado é apenas a superfície da problemática que se apresenta à investigação, quando muito resultado de categorias mais importantes.

Pode-se definir, finalmente, que uma ciência é a *autônoma* se ela é suficiente, eficiente e robusta.

Proponho que uma ciência maximiza a probabilidade de descrever *exatamente* a realidade de seu objeto se, e somente se, ela for uma ciência autônoma ou, de maneira equivalente, uma ciência minimiza a incerteza na descrição *exata* da realidade se, e somente se, ela for uma ciência autônoma. É a melhor tendência estipulada por Vico segundo a qual “o certo se converte no verdadeiro” (cf. nota 6).

A ciência histórica *revelada* por Marx é autônoma. Incumbe a tal ciência, *em última instância*, “comprovar de maneira cientificamente rigorosa” as transformações que ocorrem, as distinções que surgem, as formas de consciência que aparecem, as condições que dão base e os conflitos e contradições que se manifestam no todo gerado “entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”²⁷ tanto nas épocas de revolução como nas épocas de acomodação ou de permanência.

O 18 de Brumário de Luís Bonaparte talvez seja o paradigma desse novo modo investigativo²⁸ autônomo. Segundo esse procedimento, o historiador não se reporta apenas ao seu objeto para construir seus desenvolvimentos analíticos e as sínteses das referências literárias e factuais. Debruça-se o intelectual, também, sobre o próprio método – uma espécie de reflexão meta-história, coisa que quase ninguém mais o faz –, como crítica e como saber diferenciado.

Seguindo esta lógica (da meta-teoria e do seu próprio ofício), já na abertura da obra, Marx faz uma caracterização de sua pretensão analítica, que se mantém em toda a

²⁶ *Idem*, p. 218.

²⁷ Marx, 1983, p. 25.

²⁸ Eric Hobsbawm discorda: “*Luta de classes na França e O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, são realmente notáveis”, mas “são análises políticas usuais”, não são “escritos como história, tal como a entendem aqueles que se dedicam ao estudo do passado” (Eric Hobsbawm, *Sobre história*. São Paulo, Companhia das letras, 1998, 175-177).

dissertação, ao afirmar que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado”²⁹. Quanto à hipótese de a luta de classes ser expressa como lutas históricas conduzidas às últimas conseqüências na esfera política e ideológica, cujo condicionamento repousa na base material da formação social, ela aparece como “chave para a compreensão da história da segunda Revolução Francesa”³⁰, mas que serve de elevação ao grau de tese.

Como afirma acertadamente Eric Hobsbawm, dado que os homens têm consciência, a teoria da história devida a Marx é a “*base* da explicação histórica, mas não a explicação histórica em si”. Um argumento em favor disso seria o de que a história não é análoga às ciências biológicas, de modo que os homens não apenas tomariam decisões e refletiriam sobre os acontecimentos.

O autor recomenda um programa de estudo aos historiadores das sociedades, tomado de Marx: “a análise de uma sociedade, a qualquer momento de seu desenvolvimento histórico, deve começar pela análise de seu modo de produção: em outras palavras, (a) a forma tecno-econômica do ‘metabolismo entre homem e natureza’ (Marx), o modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo trabalho; e (b) os arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado”³¹. Provavelmente, Hobsbawm refere-se aqui ao trabalho vivo ou *em processo*. Acrescentaria um item ao começo dos trabalhos: (c) a conformação do espaço derivada do trabalho morto em interação com os arranjos sociais antes citados.

Conclusão

Apresentei nesta Comunicação três formas de entendimento da história segundo o *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, a saber: a história como transcurso, a história como saber e a história como ciência fundada por Marx, que goza da propriedade de ser autônoma.

Em todos os casos, a ciência histórica do ponto de vista de Marx opina pela exclusão da hipótese de independência do homem em relação ao seu próprio contexto. Condenado a ser histórico, o homem apenas pode compreender suas próprias chances de

²⁹ Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa, Editorial Estampa, 1976, p. 17.

³⁰ *Idem*, p. 14-15.

³¹ Hobsbawm, p. 175-177.

libertação daquilo que ele próprio criou contra si se a produção da vida material estiver presente em todas as etapas do processo de conhecimento e emancipação. Um passo decisivo neste aspecto é a certeza de que a história, tal como descrita por último, é uma ciência autônoma no sentido de que há de precisar indefinidamente de ciências auxiliares, pode compreender o espaço por intermédio das épocas e vice-versa, bem como tem idéia precisa de que seu trabalho pode chegar ao fim, após um número certo de mediações.